

CELSO MING

celso.ming@estadao.com



Tempo nublado

Há uma insistente pergunta à procura de resposta: qual será a política econômica do governo nos próximos meses e com que tipo de chão contar para administrar um patrimônio?

Na edição de ontem, esta Coluna apresentou algumas hipóteses que levaram em conta a sagração do ex-presidente Lula na condição de primeiro-ministro do governo Dilma.

O problema é que o cenário está turvo e as lentes, embaçadas. Não há quem consiga enxergar alguns metros à frente. A posse do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil pode ser anulada pela Justiça e a saída do impeachment parece agora mais quente, especialmente depois de instalada, com votação tão expressiva, a comissão da Câmara que cuidará do assunto. A simples perspectiva

de uma longa guerra judicial é uma usina de imponderáveis.

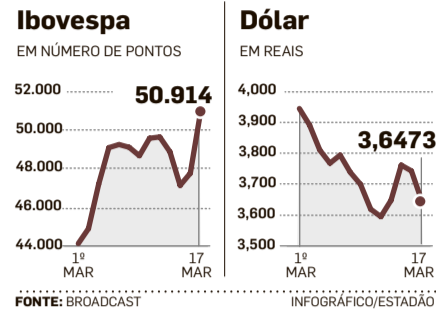
A ausência do vice-presidente da República e presidente do PMDB, Michel Temer, à cerimônia de posse ontem realizada é prenúncio de que o rompimento do principal partido da base política com o governo ficou iminente. Apenas um fato novo, hoje imprevisível, parece capaz de evitar esse movimento, que deixaria o governo ainda mais enfraquecido. As ruas estão conflituosas e fortemente polarizadas.

Não há condições políticas mínimas para arrancar do Congresso medidas de saneamento das contas públicas, nem dar andamento às reformas.

Nesse quadro eivado de incertezas, não há como assumir riscos. As empresas, que vinham adiando investimentos, continuarão à espera de que haja mais clareza sobre o que vem aí. As pes-

IMPACTO

Reações do mercado financeiro



soas físicas temem o desemprego e a perda de renda e também postergarão compras que eventualmente possam comprometer seu orçamento doméstico. São circunstâncias que tendem a

derrubar o consumo e a aprofundar a recessão. É situação típica em que a crise econômica se mistura em relação simbiótica com a crise política. (O gráfico mostra como se comportaram o câmbio e a Bolsa neste mês politicamente turbulento.)

No entanto, nem tudo está confuso. Há pelo menos três fatores que apontam para uma solução rápida e duradoura se a confiança voltar. O mais importante deles é o de que as instituições funcionam. O Judiciário está inteiro e atuante. Garante o respeito da sociedade para que continue atuando como poder moderador.

Nolado da economia, um encaminhamento para uma solução conta com forte recuperação das contas externas. Ficou altamente provável que o rombo nas contas correntes, que há apenas um ano alcançava 4,5% do PIB, seja inteiramente zerado nos próximos 12 meses. Não temos crise cambial, as reservas externas são um colchão de segurança de nada menos de US\$ 370 bilhões, não há dívida externa a resgatar, não há nenhuma possibilidade de chamar a intervenção do Fundo Monetário Internacional.

E, terceiro fator positivo, ao contrário do que aconteceu nas grandes crises anteriores do Brasil, os bancos gozam de excelente saúde; não há risco de quebra de nenhuma instituição financeira importante. E isso conta.

CONFIRA



Meirelles. Defesa do ajuste

Ortodoxia

Em evento da Super Rio ExpoFood, o ex-presidente do Banco Central do período Lula, Henrique Meirelles, mostrou ontem que seu entendimento do que teria de ser a política econômica o aproxima mais de Joaquim Levy do que do programa heterodoxo do PT.

Ajuste

Meirelles avisa que não se podem queimar reservas; que, sem ajuste das contas públicas, o PIB não crescerá mais do que 1% ao ano na próxima década; mas que, a partir de realizadas as reformas, o potencial de crescimento sobe a 4% ao ano.

Editorial econômico

Estoque alto dificulta a retomada da construção



O estoque de 27 mil imóveis na capital em dezembro, recuo de apenas 200 unidades em relação a dezembro de 2014, é um bom exemplo das dificuldades

enfrentadas pelo mercado imobiliário no ano passado, segundo o balanço anual do sindicato da construção (Secovi-SP) relativo à capital e à Grande São Paulo. Esse estoque ajuda a explicar a recente decisão da Caixa Econômica Federal de aumentar as facilidades creditícias para a compra de casa própria, sem que se possa prever qualquer recuperação mais expressiva, dado o conjunto de problemas que assola o setor.

O mercado imobiliário enfrenta dificuldades generalizadas, que passam pela oferta e a demanda, chegam ao crédito, ao Plano Diretor e à legislação do zoneamento e culminam na falta de confiança de compradores e incorporadores.

O volume de lançamentos de imóveis residenciais na capital caiu 37% entre 2014 e 2015, para 21.445 unidades, segundo a Embraesp, parceira do Secovi na compilação dos dados. O valor global de lançamentos caiu 51,5% no ano passado, para cerca de R\$ 10 bilhões – um valor baixíssimo levando-se em conta as dimensões do maior mercado imobiliário da

América Latina.

Nas demais cidades da Região Metropolitana os lançamentos caíram 37%, para 13,7 mil unidades, e o valor global dos lançamentos cedeu 43%.

O recuo das vendas na capital foi menor (6,6% em relação a 2014), para 20,1 mil unidades, mas a velocidade média mensal das vendas caiu de 7,4% para 5,7% (ou de 51,9% para 41,5% em um ano).

Depois de um ano em que o PIB da construção caiu 7,6%, o dobro da redução do PIB brasileiro (3,8%), a recuperação do mercado da capital poderia ser mais rápida em decorrência da aprovação das mudanças no zoneamento, que permitirão aos incorporadores ter mais segurança quanto aos investimentos em novos projetos. Mas as demais condições não estão satisfeitas.

O crédito imobiliário continuará escasso, devido às retiradas nas cadernetas de poupança (de R\$ 16,2 bilhões líquidos no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Com a piora do mercado de trabalho, a demanda continuará fraca, dificultando contratações de empréstimos e estimulando devoluções (distratos). As oscilações de preços de imóveis dificultam as decisões. Como notou o novo presidente do Secovi, Flavio Amary, diante do quadro econômico e de demanda, a perspectiva é de que o mercado não mude muito em relação a 2015.

Opinião

Os vilões da conta de luz continuam a agir

CLAUDIO J. D. SALES



Os tributos e encargos setoriais são os principais vilões das contas de luz. O consumidor paga mais por eles do que paga pela geração, transmissão e distribuição de energia. É o que mostra um estudo recente da PwC (disponível em www.acendebrazil.com.br/estudos) que, com base nos últimos balanços publicados pelas empresas, apontou que 40,2% da receita da cadeia de produção se destina a tributos e encargos.

É fácil cobrar impostos sobre um serviço universal como a eletricidade, porque a arrecadação é dispersa e pouco visível. É uma tributação regressiva, que penaliza as camadas de baixa renda, seja pelo seu próprio consumo, seja pela energia consumida na produção dos bens que adquirem. Esse problema é antigo e é por isso que desde 1999 – primeiro ano da série deste estudo – até 2014 o peso dos tributos e encargos tem superado 40% da conta de luz.

O estudo considerou mais de 12 tributos federais, estaduais e municipais e mais de 8 encargos setoriais. Foram analisadas 47 empresas geradoras de energia (70% da capacidade instalada no País), transmissoras (70% da receita total do segmento) e distribuidoras (70% da energia consumida no ano).

Em 2012 o governo promulgou a Medida Provisória 579 propagandeando reduzir em 20% a conta de luz, de ma-

neira artificial e que se provou insustentável. Parte da redução advinha de aportes do Tesouro para subsidiar certas classes de produtores e consumidores até então bancados pela conta de luz dos demais consumidores. Assim foi em 2014, quando o Tesouro – vale dizer, o contribuinte – aportou R\$ 11,8 bilhões para cobrir esse custo. Sem o subsídio da União em 2014, a carga de tributos e encargos sobre a conta de luz teria sido de 51%.

Em 2015, porém, não houve aporte do Tesouro e não é realista esperar, diante do desequilíbrio fiscal do País, o retorno do subsídio do contribuinte para o consumidor de energia, o que elevaria o peso de tributos e encargos na conta de luz a cerca de 50%.

A redução sustentável dos tributos e encargos cobrados na conta de luz só acontecerá se governantes e legisladores tiverem uma conduta oposta à que tiveram até agora.

A começar pelo ICMS, que representa, na média, 17,8% da conta de luz, ou mais de 44% do total de impostos e encargos. Hoje a maior parte da arrecadação do ICMS fica com o Estado produtor, o que torna esse tributo o principal alvo da guerra fiscal entre Estados. A perda de arrecadação com a redução ou isenções nos setores que podem tirar proveito dessa dinâmica é “compensada” com o recrudescimento da cobrança sobre as poucas atividades em que a arrecadação fica inteiramente com o Estado em que o produto é consumido – caso da energia elétrica, uma das principais vítimas. O fim da

guerra fiscal requer a mudança dessa lógica do ICMS, deslocando a destinação das receitas aos “Estados-destino” para tornar a tributação mais equânime e eficiente.

Em segundo lugar vem o PIS/COFINS, que representa cerca de 10,7% da conta de luz, ou mais de 26% do total de impostos e encargos. Já foi cerca de metade disso até 2003, quando o governo promoveu as mudanças que elevaram a cobrança aos patamares de hoje. Isso também precisa ser revertido.

Quanto aos encargos setoriais, dois se destacam: a Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Ambos foram nominalmente eliminados em 2013, mas suas funções e seus custos foram transferidos para outro encargo, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que supostamente deveria contar com recursos do Tesouro, mas que, desde 2015, não conta mais.

A altíssima carga tributária sobre o setor elétrico transformou a conta de luz numa distorcida ferramenta arrecadatória para a qual os governantes não querem chamar a atenção. A única forma de alterar esse quadro virá da pressão da sociedade e de eventuais políticos que queiram deixar de lado discursos eleitoreiros de falsas reduções de conta de luz e partir para iniciativas de diminuição do peso morto tributário que onera nossa tão preciosa eletricidade.

* PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

Panorama Econômico



CARL TANNENBAUM
ECONOMISTA DO NORTHERN TRUST

“Se chegarmos ao ponto de o Fed ter de elevar (juros) rapidamente, isso pode ser desestabilizador.”



PAVEL MOLCHANOV
ANALISTA DO GRUPO FINANCEIRO RAYMOND JAMES

“A expectativa é de que a saída da presidente Dilma vá levar a reformas nas esferas econômica e política.”



SHEN DANYANG
PORTA-VOZ DO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

“Ritmo de crescimento do comércio está aumentando. Esperamos que quedas diminuam após março.”

ESTADOS UNIDOS

Crescem pedidos de auxílio-desemprego

O número de americanos que entraram com pedidos de auxílio-desemprego subiu da mínima de cinco meses registrada na semana passada, mas continuou abaixo do nível associado a fortalecimento do mercado de trabalho. Os pedidos iniciais subiram em 7 mil, para 265 mil em dado ajustado sazonalmente, na semana encerrada em 12 de março.

SETOR AUTOMOBILÍSTICO

Europa aumentará uso de alumínio até 2010

A quantidade de alumínio leve e reciclável em carros europeus subirá para 180 quilos em média até 2020, com as montadoras buscando cortar emissões de carbono, disse um membro sênior da indústria de metais. As metas globais para frear emissões de gases causadores do efeito estufa motivam a adoção do alumínio no lugar de metais mais pesados.

“Ninguém tem dúvida de que vai acontecer eleição e que os eleitos vão tomar posse. As instituições funcionam, a imprensa é livre, a Justiça é independente. Coisas que muitos emergentes não têm. A médio e longo prazos, isso tem efeito importante para o País. Isso é um ganho da democratização.”

Henrique Meirelles
EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

REINO UNIDO

BC mantém juros e faz alerta sobre referendo

Autoridades do Banco da Inglaterra disseram que a libra levou um grande golpe com a incerteza trazida pelo referendo sobre a permanência do país na União Europeia e pela possibilidade de desaceleração do crescimento, após votarem pela manutenção dos juros de forma unânime. O BC britânico informou que a votação no dia 23 de junho pode atrasar



LUKE MACGREGOR/REUTERS

decisões de gastos, ainda que indicadores recentes sugiram que o crescimento manterá o mesmo ritmo do fim de 2015 neste trimestre. Este foi o segundo mês seguido que os juros ficam na mínima de 0,5%.

Cautela

A procura de empresas brasileiras por crédito teve forte recuo em fevereiro

12,2%

foi a queda em relação ao mesmo mês do ano passado, causada pelo impacto do aprofundamento da recessão da economia, segundo dados divulgados pela Serasa Experian

QUER SABER? ESTADÃO

f/estadao

@Estadao